



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

garratins
1
f. auc

404/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TRANSPORTES ESCOLARES EM CIRCUITOS
ESPECIAIS PARA O ANO LETIVO 2018/2019 NO
VALOR DE 30.000,00€, SEM IVA INCLUIDO**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e **JOAQUIM MANUEL CAVACO MARTINS**, adiante designado por transportador, contribuinte fiscal número 177800275, com sede em Esteval dos Mouros, Cx. P. 209 Z, Alte, portador do cartão de cidadão número 04948561 0ZY3, válido até 28 de Abril de 2019, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Que por despacho do Sr. Vice-Presidente de **11 de Setembro de 2018**, foi adjudicado após concurso público, cujo aviso foi publicado no Diário da República n.º 125, II Série de 02 de Julho de 2018, no JOUE n.º 2018/S118-268218 de 22 de Junho de 2018 e no JOUE n.º 2018/S125-285762 de 03 de Julho de 2018, à transportadora **JOAQUIM MANUEL CAVACO MARTINS** a contratação dos circuitos de transportes especiais, conforme proposta apresentada e caderno de encargos, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.10**, para o presente ano económico e seguinte.-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **6850** e o LCPA n.º **10868**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O contrato visa a prestação de serviços de transportes escolares em circuitos especiais para o ano letivo 2018/2019, na área do concelho de Loulé e



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Handwritten signature and number 2
Handwritten signature

concelhos limítrofes, conforme circuito descrito pormenorizadamente no anexo A do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais.----

TERCEIRA: O contrato tem a duração de um ano letivo, mantendo-se até ao seu termo os preços e demais condições propostas;-----

A prestação de serviços terá lugar de acordo com o plano de transportes desta Edilidade;-----

O transportador deverá obedecer aos horários de recolha dos alunos conforme previsto no ponto 3 da parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos;-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais: -----

- a) O adjudicatário fica obrigado a executar todos os serviços indicados, dentro do âmbito do contrato, durante o período de vigência do mesmo;-----
- b) As viaturas deverão estar adequadas ao transporte de crianças garantindo-se a condução por motoristas certificados e o cumprimento de todos os demais requisitos legalmente impostos;-----
- c) Os veículos utilizados na execução dos circuitos especiais deverão estar identificados com um dístico cujo modelo consta de Anexo à Portaria nº 1350/2006, de 27 de novembro, conforme exigido pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril;-----
- d) Os veículos utilizados na execução dos circuitos especiais devem estar equipados com tacógrafo devidamente homologado e estar providos de extintor de incêndios e caixa de primeiros socorros;-----
- e) Aplica-se igualmente ao transporte de crianças o previsto na Lei nº 13/2006, de 17 de abril;-----
- f) A execução dos circuitos especiais deverá ser levada a efeito de acordo com as disposições da Portaria nº 766/84 de 27 de setembro e do Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro;-----
- g) Todos os lugares dos automóveis utilizados devem estar equipados com cintos de segurança devidamente homologados. A utilização do sistema de retenção para crianças é obrigatória, aplicando-se o disposto em legislação específica em vigor. Os



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Z. Martins
3
J. Silva

automóveis matriculados antes da entrada em vigor da Lei nº 13/2006, de 17 de abril, devem dispor de cintos de segurança com três pontos de fixação ou subabdominais;---

h) O adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração e esclarecimentos necessários, sempre que solicitado pela entidade adjudicante, sob pena de resolução do contrato;-----

i) Reserva-se o direito à Câmara Municipal de Loulé, sempre que entenda necessário, de proceder à fiscalização da adjudicação e a todas as condições a estas inerentes, fixadas em contrato;-----

j) O prestador de serviços fica também obrigado a proceder à correta manutenção e limpeza das viaturas utilizadas;-----

l) Enviar listas das viaturas e dos motoristas que irão ser afetados ao procedimento, podendo as mesmas sofrer alterações desde que se cumpram todos os requisitos legais de transporte coletivo e que o mesmo seja comunicado previamente à entidade adjudicante;-----

m) Envio de mapas mensais discriminados dos serviços afetados, aquando do envio das faturas, com indicação da data, número de alunos, localidade de origem e destino da deslocação, viatura utilizada, número de quilómetros e a importância correspondente, cujo modelo consta do artigo quarto da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

A título acessório, o prestador de serviços, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;-----

QUINTA: O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Edilidade;-----

SEXTA: A Edilidade poderá alterar unilateralmente, a frequência diária dos circuitos, bem assim como proceder a correções de itinerário. Em qualquer dos casos, tais alterações serão transmitidas previamente ao transportador mediante comunicação escrita na qual são propostas as alterações e a correspondente alteração no valor do contrato.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

24/11/2014
J. Luc

SÉTIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato nos casos referidos no artigo 11.º da parte I cláusulas gerais do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais.-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o transportador pode resolver o contrato nos casos referidos no artigo 12.º da parte I Cláusulas gerais do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais.-----

OITAVA: No caso de se verificar incumprimento por parte do transportador este não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos. Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao transportador, este fica obrigado a indemnizar a Edilidade em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado. Nos casos em que, por motivos imputáveis ao transportador o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 dias intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização acima referida agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês inteiro o mês letivo a 22 dias. Nos casos em que por motivos imputáveis ao transportador se verifiquem incumprimentos nos horários de recolha poderá ser aplicada uma penalidade de valor correspondente a 75% do preço diário do circuito em que tenham verificado o incumprimento;-----

NONA: O prestador de serviços obriga-se a dispor de apólice de seguro de responsabilidade civil no valor de € 50.000.000,00;-----

DÉCIMA: O transportador obriga-se à realização dos circuitos especiais a seguir referidos, com a periodicidade e pelo preço aí referidos e com o itinerário descrito no caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais.----
Os circuitos adjudicados, o valor unitário de cada circuito, a quantidade de circuitos diários e o valor total de cada circuito durante o ano letivo, são os que a seguir se indicam:-----

Número do circuito	Custo do circuito	Quantidade diária	Valor total
--------------------	-------------------	-------------------	-------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

J. H. Alves
J. Alves

10

15,000€

10

30.000,00€

O valor global do presente contrato é de 30.000,00€ (trinta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: As quantias devidas pela Edilidade são pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva;-----

Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas no final de cada mês a que correspondem os serviços prestados;-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.-----

DÉCIMA SEGUNDA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar; -----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem força maior, o n.º 3 do artigo 10.º da parte I- Cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte;-----

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Yacinta 6

J. J. J.

DÉCIMA TERCEIRA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA QUARTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUINTA: Compete à Edilidade o controlo e fiscalização da prestação de serviços. A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades. A Edilidade poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo, para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários;-----

DÉCIMA SEXTA: O prestador de serviços fica obrigado a remeter à Câmara Municipal os documentos de novas viaturas e motoristas a afetar à prestação de serviços sempre que se verifique alguma alteração, sob pena de rescisão do contrato.-----

DÉCIMA SÉTIMA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, Técnica da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas;-----

DÉCIMA OITAVA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável. -----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 11 de Setembro de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----
- Despachos e Informações técnicas;-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8104-001

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE*António Félix***O SEGUNDO OUTORGANTE***JOAQUIM MANUEL CAVACO MARTINS***O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,***João Ricardo Correia Pinheiro*